O Relatório Provincial de 1863: um documento, muitas leituras

Isabelle Braz Peixoto da Silva

Prof^a. de antropologia da UFC

Introdução

A idéia de escrever este artigo surgiu a partir de uma polêmica lançada na rede de discussão TEMINCE, em março de 2007¹. Naquela ocasião, foi formulada a seguinte pergunta: “*existiu ou não o tal decreto?*”.

A pergunta referia-se ao Relatório Provincial apresentado pelo Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Assembléia Legislativa do Ceará em 09 de outubro de 1863, por ocasião de sua instalação. Este documento é marco da historiografia cearense e é considerado como o ato final do governo do Estado relativo à “extinção” dos índios no estado do Ceará.

O Relatório é um extenso documento de 190 páginas datilografadas, incluídos os anexos, e é parte de uma série de outros relatórios provinciais, visto que a cada ano da instalação da nova Assembléia Provincial, por dever de ofício o presidente da Província apresentava o seu Relatório, prestando contas de sua gestão no ano transcorrido.

Os temas abordados no Relatório do Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior são os mais diversos, expostos por tópicos, na ordem que se segue: Segurança individual e de prosperidade, Estatística criminal, Cadeias, Força policial, Guarda nacional, Recrutamento, Divisão civil, judiciária e eclesiástica, Estatística e compilação das leis provinciais, Culto público, Cemitérios, Estabelecimentos de caridade, Saúde pública, Vacinação, Instrução pública, Secretaria do governo, Publicação dos atos oficiais, Câmaras municipais, Necessidades municipais, Posturas municipais, Encanamento das águas, Iluminação pública, Matadouro público, Eleições, Terras públicas, Aldeamentos, Indústria, Dromedários, Navegação costeira, Correio, Fazenda

¹ TEMINCE é um grupo de discussão abrigado pelo YAHOO, que segundo a sua própria definição “é um canal de informação sobre a temática indígena no Ceará, o qual conta com a participação de lideranças indígenas, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, ativistas e estudios@s de várias disciplinas”.

nacional, Fazenda provincial, Tesouraria provincial, Dízimo dos gados grossos, Dízimo das miunças, Obras pública, Obras auxiliadas pelos cofres gerais, Obras militares e gerais, Leis e regulamentos provinciais e Objetos diversos.

O presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1833-1885) havia exercido o mesmo mandato desde 05 de maio de 1862. Naquela ocasião, 09 de outubro de 1863, ele apresentava o Relatório de seu segundo mandato como presidente da Província que perdurou até 19 de fevereiro de 1864. Carregava uma herança política de seu pai, José Bento da Cunha Figueiredo, o Visconde do Bom Conselho, advogado formado pela Faculdade de Direito de Olinda, que foi deputado provincial, presidente das províncias de Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e Pará, também deputado geral e senador por Pernambuco e ministro de Estado em 1875.

Por sua vez, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior foi presidente da Província do Rio Grande do Norte antes de ter sido presidente da Província do Ceará (de 28.04.1860 a 16.02.1861). E posteriormente aos seus dois mandatos no Ceará foi também presidente das províncias de Alagoas, de 2 de outubro de 1868 a 02 de julho de 1871 e do Maranhão, de 26 de junho a 6 de novembro de 1872.

Da leitura de seu Relatório Provincial de 1863 guardamos a impressão que o Presidente era um homem dinâmico e cuidadoso da sua administração. Apresentou vários quadros, estatísticas e tabelas demonstrativas, noticiou a promoção de uma reforma administrativa na Secretaria do Governo e criou um Regulamento para a mesma. Promoveu o ordenamento das contas da Província e perseguiu o ajuste financeiro nas mesmas contas. Foi também objeto de sua preocupação a realização de obras públicas, como a abertura e conserto de estradas e a melhoria do Passeio Público. Coube ainda ao mesmo presidente da Província o enfrentamento de um dos surtos da epidemia *cholera-morbus*.

No tópico específico sobre aldeamentos o Relatório reza:

Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Pitaguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Ibiapaba, que os jesuítas no princípio do século passado formaram em Vila Viçosa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Benedito com os índios chamados Camussis, Anacaz, Ararius e Acaracú, todos da grande família Tabajara.

Com a extinção dos jesuítas, que os governavam teocráticamente, decaíram esses aldeamentos, e já em 1813 informava um ouvidor ao governador

Sampaio que os índios iam-se extinguindo na Ibiapaba, onde tinham aqueles religiosos um célebre hospício no lugar denominado Vila Viçosa, que com os outros acima indicados abrangem a comarca deste nome.

É neles que ainda hoje se encontra maior número de descendentes das antigas raças; mas acham-se hoje misturados na massa geral da população, composta na máxima parte de forasteiros, que excedendo-os em número, riqueza e indústria, *tem havido por usurpação ou compra as terras pertencentes aos aborígenes.*

A mesma sorte que as da Ibiapaba tiveram as aldeias da capital, compreendidas as da antiga vila de Aquiraz (onde existiu o hospício dos jesuítas, fundado no princípio do século passado), Mecejana (missão de Paupina), Arronches (missão de Parangaba), Soure (missão de Caucaia), e Monte-mór Velho (missão dos Pajacús).

Os respectivos patrimônios territoriais foram mandados incorporar à fazenda por ordem imperial, *respeitando-se as posses de alguns índios.*

O que se diz a respeito dessas aldeias é também aplicável às dos Trambabes (Almofala) no termo do Acaracú, dos Jucás (Arneiroz) do termo de S. João do Príncipe, e dos Cariris (Missão Velha e de Miranda) hoje Crato.

No ano de 1860 Manuel José de Souza, do termo de Milagres, aldeou os restos a uma antiga tribo de índios chocos, em número de 28, que erravam, perseguidos, entre os limites das províncias de Pernanbuco, Parahyba e Ceará.

(...)

Tais são, em resumo, os esclarecimentos que sobre aldeamentos ministrou-me o diligente autor da Estatística², em ofício de 21 de julho do ano passado. (Relatório Provincial de 09 de outubro de 1863. Relatórios dos Presidentes da Província. BPGMP. Núcleo de microfilmagem, grifos nossos).

O Relatório de 1863 e a expropriação das terras indígenas

A informação que se lê no “decreto da extinção” repete o que já há algum tempo vinha sendo dito pelas autoridades administrativas da Província sobre a presença indígena no Ceará. Em ofício de 1850, por exemplo, a Tesouraria da Fazenda representava ao Governo Imperial “*já não existirem ali hordas de índios selvagens e*

² Se o “diligente autor da estatística” a que o Presidente se referia era o mesmo responsável pelas estatísticas da Província como um todo, então ele estaria falando de nada menos que o ilustre Dr. Thomas Pompeu de Souza Brasil, a se tornar proximamente o Senador Pompeu (1864). Isso porque, o nome de Thomas Pompeu é explicitamente citado no tópico do Relatório relativo à Estatística. E de fato, a importante obra *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de Thomas Pompeu, foi publicada em 1863.

acharem-se descendentes destes confundidos na massa da população civilizada". O que autorizava a mesma Tesouraria, em relação às terras indígenas "*expedir ordens para que elas fossem sequestradas e incorporadas aos próprios nacionais*". (Documento citado por Pinheiro, F. J., 2002).

Em outro ofício do início da década de 60, desta feita do presidente da Província dirigindo-se ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas vemos o mesmo discurso sobre os índios e suas terras:

...nesta Província nenhuma tribo existe no estado selvagem, e desde o ano de 1833, época em que foram extintas as Diretorias a que estavam sujeitas as diferentes aldeias estabelecidas na Província, extinguiram-se estas, e ficaram os índios confundidos na massa geral da população civilizada, sendo incorporada aos próprios nacionais a parte devoluta dos terrenos... (Ofício do Presidente da Província ao Ministério da Agricultura, Cultura e Obras Públicas. 27 de dezembro de 1861. Secretaria do Governo da Província, livro 144. APEC).

Se os discursos, separados por mais de uma década, guardavam homologias entre si, estes nem sempre correspondiam ao que de fato se efetuava no âmbito das ações administrativas do Estado. Tanto é assim que, no mesmo Relatório do Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, no tópico relativo a Terras Públicas, em que ele prestava contas dos trabalhos de legitimação e reavaliação de posses e sesmarias, observa-se que a grande maioria das posses legitimadas pertencia a índios (em torno de 80%). Observa-se também a demarcação da 2ª sesmaria dos índios de Messejana, e a destinação de empréstimos pela fazenda pública aos índios, em valor não desprezível (cerca de 60% de toda a despesa realizada com medição e demarcação de terras):

Até o fim do ano passado legitimaram-se 145 posses (*incluindo-se neste número 120 de índios e 6 aforamentos*). Mediram-se e demarcaram-se 14 porções de terrenos devolutos requeridos por compra, e realizou-se a venda de alguns pela tesouraria de fazenda a diversos indivíduos.

Do 1º de fevereiro de 1861 até 31 de dezembro de 1862 a despesa com todo o serviço montou a rs. 11:933\$868, incluída a quantia de 7:332\$299, importância de empréstimos feitos pela fazenda pública aos índios pobres na conformidade das ordens imperiais.

Os trabalhos marcharam vagarosamente nos primeiros meses do corrente ano, em consequência do reaparecimento da epidemia do *cholera-morbus* na

povoação da Pacatuba onde então se achava em serviço o engenheiro. Entretanto até ao último de junho conseguiu-se a medição e demarcação do perímetro da 2ª sesmaria dos índios de Mecejana, com 10:365 braças correntes, não contando-se as linhas do perímetro da 1ª sesmaria ao norte, e a do rio Guaiuba ao sul. Além de quatro porções de terrenos devolutos requeridos por compra.

Despendeu-se do 1º de janeiro ao último de junho 1:700\$ rs.

Agora se acha o engenheiro medindo e demarcando a sesmaria de Maranguape, que tem 3 léguas de comprimento e 1 de largura. Sobe a mais de 500 o número de requerimentos de posseiros que pedem a legitimação de suas posses ao respectivo juiz comissário. (Relatório Provincial de 09 de outubro de 1863. Relatórios dos Presidentes da Província. BPGMP. Núcleo de microfilmagem).

Cabe ainda mencionar o destaque que é dado no corpo do Relatório Provincial a então recente criação de um aldeamento no sul do Ceará (1860) e uma outra citação sobre a utilização de mão-de-obra indígena numa mina de ferro, em Baturité, em documento anexo. Tudo isso para enfatizar o quanto o discurso da negação da presença indígena nesse Estado, para aquele período, não condizia com o que de fato se verificava na dinâmica social.

Diante de tais aparentes contradições e ambigüidades, entre os discursos e a prática social a pergunta que se deve fazer é: por que os discursos oficiais sobre os índios e suas terras destoavam dos próprios registros oficiais? E por que, mesmo havendo estes registros oficiais que atestavam a presença indígena na Província e a regularização de suas terras, predominou a força do discurso da “extinção por decreto” dos índios do Ceará?

Mesmo a informação prestada pelo presidente da Província em 1861, sobre a extinção das Diretorias [vilas de índios estabelecidas pelo Diretório Pombalino] em 1833, omite que o Diretório Pombalino foi restabelecido no Ceará pelo governo da Província em 01 de agosto de 1843 e perdurou até a instalação das novas Diretorias de Índios em 24 de julho de 1845³:

A Câmara da Capital sobre o Diretório dos índios vindo de expedir o conveniente regulamento para execução da Lei Provincial nº 20 do 1º deste mês, que

³ Pesquisas contemporâneas apontam que, embora o Diretório Pombalino tenha sido extinto formalmente em 12 de maio de 1798 houve descontinuidades locais na sua aplicação. Ver Almeida, M. Regina Celestino (2003) e Silva, Isabelle Braz Peixoto da (2006).

restabeleceu o Diretório dos índios [Diretório Pombalino] com as modificações acomodadas a diversidade de circunstâncias, e de legislação, que ora se dão, cumpre que V. Mces, como conhecedores do estado peculiar, e desse estado, como suponho, emprestar-me sua valiosa cooperação para que se realizem os salutares efeitos, que tem em vista essa lei, me informem com a possível brevidade, se existem nele índios (...). (Ofício do Presidente da Província às Câmaras Municipais. 14 de agosto de 1843. Secretaria do Governo da Província do Ceará, livro 109. APEC).

Penso que forçoso é remontar o contexto da reorganização fundiária implementada no Brasil a partir da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 para a melhor compreensão da questão em pauta. A Lei de Terras, como ficou conhecida, foi proclamada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queiroz, que determinava o fim do tráfico negreiro e prenunciava o fim da escravidão. Segundo os estudiosos do tema, Tanto a Lei de Terras como a Lei Eusébio de Queiroz devem ser entendidas como parte das pressões geradas pelo contexto internacional e a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. Em todo caso, para além das pressões externas também as pressões internas exerceram seu efeito sobre as novas leis editadas e devem ser consideradas.

No caso da Lei de Terras, José Bonifácio, desde 1821, já levantara a questão sobre a situação das terras no Brasil, chegando a elaborar um projeto para a revalidação das concessões de sesmarias e a regularização das posses. Outras iniciativas foram tomadas antes de 1850, como a suspensão da concessão de sesmarias e o reconhecimento das posses em 1822 e o projeto redistributivista de Diogo Feijó em 1843. Nesse sentido, pode-se dizer que a lei de terras refletiu a política de terras que já vinha sendo discutida desde a década de 20 bem como os conflitos políticos e as disputas de poder. No centro das disputas e conflitos estavam os onipotentes latifundiários, particularmente no que dizia respeito à nova inserção dos ex-escravos e dos novos trabalhadores imigrantes na economia e na sociedade de uma forma geral.

Um outro enfrentamento que então se verificava era o do poder do Estado sobre as terras, impondo-se aos latifundiários e seus potentados locais, enfrentamento este que já vinha se dando desde o período colonial. Para alguns autores, a disputa do Estado com os latifundiários sobre as terras remonta a pelo menos o período das instituições

das vilas, o que envolveu também a criação das vilas de índios pelo Marquês de Pombal⁴ em 1757.

Dentre os diversos dispositivos da nova lei as apropriações de terras por posse e a doação de sesmarias são proibidas, instaurando-se a compra e venda ou a doação do Estado como as únicas formas de aquisição de terra devolutas, resguardando-se os direitos dos que já ocupavam a terra produtivamente. A passagem do regime de posse da terra para o de propriedade da terra foi plenamente assegurada, na medida em que, por um lado, se determinou a obrigação da aquisição do título da terra inclusive com despesas cartoriais, e por outro, se estabeleceu penalidades aos apossamentos das terras de outrem ou devolutas:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Parapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou

⁴ Consultar Delson, Roberta M. (1997) e Silva, Isabelle Braz Peixoto da (2006).

Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

(...)

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar titulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por effeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienal-os por qualquer modo.

Esses titulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$ de feitio, sem mais emolumentos ou sello.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

(...)

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo

previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes:

§ 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permittirem as circumstancias locais, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente.

§ 2º Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço minimo, fixado antecipadamente e pago á vista, de meio real, um real, real e meio, e dous réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3º A venda fóra da hasta publica será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do minimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Thesouro Publico, com assistencia do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Provincia do Rio de Janeiro, e ante as Thesourarias, com assistencia de um delegado do dito Chefe, e com approvação do respectivo Presidente, nas outras Provincias do Imperio.

(...)

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem. (Lei 601 de 18 de setembro de 1850. Presidência da República)

É preciso dizer que embora a Lei de Terras tenha apresentado um grave impedimento tanto aos negros como aos imigrantes para se tornarem proprietários de terras, a mesma não desconheceu ou negou o direito dos índios a sua terra. O que não quer dizer que tenha sido suficiente para a garantia desse direito. Carneiro da Cunha (1987) já pontuou que tanto a legislação colonial portuguesa quanto a legislação brasileira sempre reconheceram o direito originário dos índios às suas terras. Direito esse derivado do “reconhecimento de sua posse imemorial e do fato de o indigenato ser a fonte primária e congênita da posse territorial” (Mendes Jr, 1912 e Affonso da Silva,

1984, citados por Carneiro da Cunha, 1987). Aponte-se também que a Lei previa a reserva de terras para a colonização indígena.

Apesar disso, ao longo dos séculos as terras indígenas foram permanentemente espoliadas. Objeto da cobiça dos latifundiários em grande parte das situações, as terras indígenas foram tratadas na maioria das vezes como “terras de ninguém”. Terra de ninguém não só pelo descaso com que eram tratados os seus ocupantes – um “zé ninguém” – , mas pela literal desconsideração destes: se não era possível desconhecer o Direito, tratava-se de não reconhecer o sujeito desse Direito. Se não era possível ignorar o direito dos índios a terra, trata-se de negar a existência desses índios.

Nesse sentido, com a afirmação “*já não existem aqui índios aldeados ou bravios... descendentes das antigas raças... acham-se misturados na massa geral da população...*”, o presidente da Província implicitamente anunciava também um critério de indianidade que restringia a definição de índio, posto que a condição de “misturado na população” equivalia a “não ser mais índio”. Considerar a dissolução do aldeamento, regime jurídico-administrativo sob o qual a coroa portuguesa gerenciava as populações indígenas incorporadas ao mundo colonial, como a dissolução dos índios propriamente ditos, permitiu suprimir os direitos territoriais dos índios. Tanto é assim que o mesmo Relatório cita a usurpação e a compra por terceiros das terras indígenas, assim como as suas incorporações à Fazenda.

Outra forma bastante comum de esbulho da terra indígena era a prática do aforamento, incentivada por agentes locais, provinciais e imperiais:

(...) Aos Índios somos de parecer, se lhes concederão com justiça, e equidade os antigos direitos de suas Propriedades. Datas e Sesmarias de terras para a sua cultura, não pagando rendimento delas, e mesmo, preferindo aos mais Concidadãos. Quando pois se mande que os Índios se dispersem das suas Aldeias, e vivam aonde muito quiserem, *parece-nos que estas Datas devem passar ao domínio direto das Câmaras respectivas para aforá-las a quem quiser ser útil a Província pela sua cultura*: não ficando deste modo indultas, como tem sucedido no poder dos Índios, que nem cultivam, todas, nem deixavam os extranaturais cultivar, sem precedência de choques e contestações. (Livro de Atas das Sessões do Conselho do Governo da Província do Ceará, referente aos anos de 1826-1832, às folhas 6-10. 22 de setembro de 1826. APEC).

Pode-se dizer que o lento e permanente processo de expropriação das terras indígenas, que nos acompanha até a contemporaneidade, teve início com o NÃO reconhecimento da propriedade coletiva indígena inaugurado pela Coroa Portuguesa. O período da implantação da Lei de Terras foi mais um período desse processo, que através de atos, avisos, regulamentos, ordens e decretos posteriores facilitaram a expropriação, como foi o caso da ordem imperial nº. 44 de 21 de janeiro de 1856 que autorizou a extinção dos aldeamentos e a incorporação de suas terras, confundindo cada vez mais as terras indígenas com as terras devolutas. Confusão essa que o mesmo Estado era chamado a esclarecer, como se vê:

S. M. o Imperador ficando inteirado do que V. Exa. em observância do aviso circular deste Ministério de 8 de novembro do ano próximo passado, expondo em seu Ofício nº. 92 de 10 de dezembro seguinte a uma das (...) índios dessa Província. Manda declarar a V. Exa. que nem uma providência se torne necessária relativamente as terras habitadas pelos índios da povoação de S. Benedito, visto que estando os mesmos índios de posse dela como informa V. Exa. não lhes é extensivo o seqüestro e incorporação aos próprios nacionais. (Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1850 – 1852. Livro 2. 16 de janeiro de 1851. APEC).

Se a distância que separa a lei da prática social possibilitou a expropriação das terras indígenas, essa não se verificou sem que tenha havido forte movimentação dos índios em defesa de suas terras. No caso do Ceará experimentou-se uma verdadeira batalha jurídico-política e administrativa, em torno das terras indígenas, como se pode ver no que mostra a documentação colhida nos registros do Arquivo Público do Estado do Ceará. Sobre o tema do aforamento, a propósito, há uma exemplar correspondência do Ministério do Império ao presidente da Província, avaliando os excessos cometidos contra os índios:

Os índios, nas diferentes aldeãs do Ceará, em especialidade nas de Arronches, Mecejana e Soure, não podendo restringir-se ao pouco espaço da légua em quadro que lhes foi concedida em cada uma delas, pediram diferentes terrenos para suas plantações e criações. Estes terrenos lhes foram doados por datas e sesmarias com designação especial desses índios (...) Parangaba, se concedeu pelo Governador da Província, em 25 de fevereiro de 1707 (...) em Caucaia, se concedeu também pelo Governador, em 31 de março de 1723 (...) em Mecejana ou Paupina, consta também se haverem concedido terras ao Principal Thomé da Silva, para si e seus filhos, ascendentes e descendentes, com o fim de não poderem vender, nem passar

a outrem; tudo da mesma forma e maneira porque foram concedidas as de Arronches e Soure. Os índios pois, na posse dessas terras, sob administração de seus diretores continuarão a ter mantidos sua posse, sempre imperturbável por mais de um século, até 1833, em que, extintas as diretorias, se entendeu que pela Constituição do Império havia caducado o antigo Diretório, passando os índios a serem derramados sem distinção, na massa do povo (...). Nestas circunstâncias baixou o Decreto de 3 de junho de 1833, pelo qual os Juizes d'Órfãos foram encarregados da administração desses bens, nos respectivos Municípios. Estes juizes, falando desta Província, sem atenderem aos interesses dos índios, foram arrendando e aforando os terrenos da propriedade deles, como lugares devolutos, que não tivessem tido originariamente um destino especial – a plantação e criação – dos índios, para si, seus descendentes e ascendentes sem que pudessem passar a outrem. (...) é obvio a necessidade de se restabelecer o Diretório, ou de se nomearem aos índios autoridades especiais, que administrem suas posses, que fiscalizem seus contratos, ou de qualquer outra medida que previna a fraude contra os índios, e que estabeleça uma regra que preserve e extime o que se deva considerar, como pertencente aos mesmos índios, descendentes d'aqueles (...).(Ofício nº 9. Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1854 – 1859. Livro I. 13 de fevereiro de 1858. APEC).

Esbulhos por um lado, e ações para a proteção da terra indígena por outra. Muitos foram os registros de terras indígenas realizadas neste período, especialmente em Almofala, na Barra do Acaraú, e na Freguesia de Maranguape, com destaque para o “Termo de Registro do sítio denominado Pitaguary pertencente aos índios” (Registro de Terras da Barra de Acaraú, 1855 – 1857 e Registro de Terras da Freguesia de S. Sebastião de Maranguape, 1854 - 1858. APEC).

O grande número de solicitações de informações que o governo Imperial faz aos administradores das Províncias, acerca da presença indígena (“selvagens ou aldeados”) é uma marca do século XIX. Fazendo-se o acompanhamento de uma série histórica na documentação, que vai do início do ano de 1850 até 1878 vê-se que diversos são os temas tratados: agricultura, comércio, indústria, costumes, características, movimento da população e depois da lei de terras, quais aldeamentos ainda existiam e se as terras dos aldeamentos haviam sido medidas e demarcadas. Isso corrobora nossa afirmação que a questão da presença indígena e de suas terras não era assunto absolutamente resolvido ainda no Brasil Imperial, em que pese a alegação recorrente de que os índios haviam sido extintos. Para o começo da década de 50 o centro das atenções do Estado era o bom funcionamento dos aldeamentos, na perspectiva da manutenção dos índios

nessas unidades administrativas e a sua boa atividade produtiva, havendo uma mudança substantiva no enfoque governamental até o final da década de 70, quando o foco das atenções passou a ser o patrimônio territorial dos aldeamentos a ser recolhido:

Sua M. o Imperador há por bem que V. Exa. preste a esta Secretaria de Estado todas as informações que puder colher sobre os aldeamentos de índios dessa Província declarando as alterações que eles têm sofrido desde a última informação tanto a respeito do movimento de sua população, como dos ramos da agricultura, indústria e comércio que neles se cultivam, declarando as causas a que atribui a decadência que por ventura haja tido algum dos aldeamentos (...) a fim de que julgar conveniente para convidar os índios errantes a se aldearem (...) (Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1850 – 1852. Livro 2. 17 de janeiro de 1850. APEC).

Tendo deixado de existir de fato aldeamentos, que foram fundados nessa Província, em data recente ou remota, por se haverem dispersado seus habitantes ou fundido nas outras classes da população (...) remetam ao Ministério a meu cargo, quantos esclarecimentos for possível reunir acerca dos terrenos que constituíam o patrimônio de tais aldeamentos (...) (Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1878 – 1880. Livro 9. 20 de novembro de 1878. APEC).

Queixas dos índios das mais diversas localidades sobre os esbulhos se registraram. Em Baturité, S. Benedito, Umary, Forquilha, Arronches etc. A um ponto tal que o Ministério do Império chama a atenção do presidente da Província, na altura de 1870:

Sendo inconveniente ao Serviço Público virem a esta Corte indígenas, dos que já existem aldeados, sob o único fundamento de representarem ao Governo Imperial a bem de seus direitos e interesses, o que, mais facilmente podem fazer perante o Governo Provincial, recomendo a V. Exa. que as autoridades dos diversos Municípios, onde por ventura demorem aldeamentos (...) (Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1868 – 1870. Livro 5. 14 de outubro de 1870. APEC).

Dois anos depois, 1872, ainda podemos verificar desculpas apresentadas pelo presidente da Província a alguma outra repreensão do mesmo tipo da exposta acima, feita pelo Ministério Imperial, nos termos que se seguem:

(...) acusar o recebimento do aviso circular, que, em data de 13 de junho próximo findo, sob Nº. 12, V. Exa. se dignou de dirigir-me. Devo em resposta, participar a V. Exa. que empregarei todos os esforços a fim de que não se repitam as queixas que os índios dirigem ao Governo Imperial, contra a violência de que são objetos, suas pessoas e bens, bem como, que se dispense todos os auxílios aos missionários, que se encarregarem da catequese e civilização dos indígenas (...) (Registros dos Ofícios da Presidência da Província dirigidos ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1872- 1876. Livro 145. 07 de agosto de 1872. APEC).

Note-se que tal correspondência nos anuncia a presença de outros atores que atuavam junto às populações indígenas, os missionários. Estes, encarregados especificamente, como sempre foram, da “catequese e civilização dos índios”, num ambiente discursivo em que aparentemente estes não existiam mais. A permanente ambigüidade e contradição do administrador da Província no trato com as populações indígenas fica mais uma vez patenteada no teor da nova correspondência emitida por ele ao Ministério da Agricultura, apenas três meses depois (novembro) da correspondência emitida anteriormente:

Em resposta ao aviso circular de V. Exa. de 31 de outubro último, Nº. 14 solicitando, com urgência, esclarecimentos relativos a aldeamentos de índios criados nesta Província, nomes desses aldeamentos, freguesias e municípios em que estão situados, números de índios que habitam (...) cumpre-me cientificar, a V. Exa. que os poucos índios que ainda restam nesta Província, estão confundidos com a população, e vivem do trabalho agrícola. Não há aldeamento propriamente dito. Em Milagres, no lugar denominado “Cachorra-Morta” há onze índios mansos, aldeados sob a inspeção de um diretor. (Registros dos Ofícios da Presidência da Província dirigidos ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1872- 1876. Livro 145. 18 de novembro de 1872. APEC).

A documentação examinada nos permitiu acompanhar o contexto de intensa batalha jurídica e ideológica que os índios do século XIX travaram contra os invasores de suas terras e também contra as ações do próprio Estado, para isso se valendo da intervenção desse mesmo Estado. A demarcação da sesmaria de Messejana citada no Relatório Provincial do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior muito provavelmente foi fruto de um processo aberto pelos índios da Paupina (localidade de Messejana), através de requerimento de uma mulher viúva, Theodora Maria da Conceição, dirigido ao Ministério do Império, contra a Tesouraria da Fazenda da Província, no ano de 1854:

Tendo sido remetido a este Ministério o Ofício Nº. 28 de 17 de outubro do ano passado por V. Exa. dirigido ao Ministério da Fazenda, acompanhando a cópia do requerimento de Theodora Maria da Conceição, viúva de um índio na Aldeia de Paupina, (...) as quais representam contra a Tesouraria da Fazenda dessa Província (...) que tendo esta por Edital de 14 de junho do dito ano passado incorporado aos próprios nacionais as terras, que os implicantes dizem ter direito a continuar a habitar e plantar, mesmo depois de extintas as aldeias de índios... (Correspondências dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1854 – 1859. Livro 1. 12 de novembro de 1855. APEC).

A peleja durou vários anos, ao longo dos quais vários documentos se somaram ao primeiro aqui transcrito e culminou com a demarcação da sesmaria dos índios:

Segue para esta Província o Bacharel Antonio Gonçalves da Justa Araújo, a fim de proceder a discriminação das terras devolutas de domínio particular na sesmaria dos índios de Mecejana (...) (Correspondências dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1860 – 1862. Livro 2. 06 de agosto de 1860. APEC).

A documentação aponta também o trabalho posterior do mesmo engenheiro na demarcação das terras dos índios de Baturité e dos Tremembé de Almofala:

Inteirado do que expõe o Subdelegado de Polícia do Distrito de Almofala, na representação que, a cerca de terras possuídas naquele Distrito pelos índios da tribo “Tremembé”, dirigiu a essa Presidência em data de 5 de março do corrente ano, e que V. Exa. me transferiu, por cópia, com o seu Ofício de 27 de julho, recomendo a V. Exa. que, em relação às ditas terras, e para por termo à instrução de particulares, alegara na sobredita representação, mande aplicar a providência constante no meu aviso de 20 de maio último, relativo ao extinto aldeamento do termo de Baturité, incumbindo do trabalho da discriminação das terras o engenheiro Antonio Gonçalves Justa Araújo. (Correspondências dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1874 – 1875. Livro 7. 30 de maio de 1874. APEC).

No transcurso do século XIX, os índios no Ceará não só existiam e lutavam por suas terras como ainda era forte a marca de suas práticas e suas tradições. Não fora assim, não teriam suscitado o teor da parecer que se lê abaixo:

Apesar de que as sabias Leis deste Império tenham tomado as mais enérgicas e sábias medidas para a civilização, aumento e prosperidade dos índios que houvesse por bem aldear. Todas estas tão profícuas medidas jamais tem sido possível utilizarem a eles como a larga experiência tão antiga como a mesma Província evidentemente nos tem mostrado. Tomar por tantos como causa da retardação da instrução dos Índios o desleixo e descuido dos governadores e seus Regentes os Diretores, dever-se-ia e com injustiça supor mal de tantos outros, que tem com atividade, e prudência governado esta Província, mas como que não se possa tal presumir: *não padece dúvida poder-se demarcar por causa próxima e eficiente do deplorável estado, em que se acham os Índios a conduta dos costumes gentílicos de seus Pais, a má e péssima doutrina, exemplo deles de modo que com esta nova natureza da criação paterna se faz muito difícil poderem eles tomar a boa disciplina de seus Mestres e Capelães*, os exemplos dos homens brancos, cristãos verdadeiros, e amigos da sociedade, e Bem Público. Os Índios por natureza são ociosos, e inclinados por isso mesmo a viverem dos trabalhos, e bens dos outros: roubos de engenho, inimigos da sujeição, *aferrados aos antigos ritos, e costumes gentílicos de seus pais: improvidos e indiferentes às honras e riqueza*, aptos assim para a guerra, e principalmente para a Marinha, como também para as artes mecânicas. Somos pois de parecer que o meio mais congruente, e ajustado para a civilização, aumento, e prosperidade desta gente, é a dispersão geral da aldeação deles, queremos dizer, suspender-se o Diretório, ficando os mesmos Índios sujeitos a Polícia como os mais Cidadãos do Império, por isso mesmo que unindo-se em parentesco por afinidade franca; e livremente com quem lhes aprouver; por isso mesmo que tratando, e sociando com os mais mudarão de conduta, como a experiência tem mostrado com aqueles que apartados da aldeia são mui diferentes, que eram: úteis a si, e a sociedade, principalmente caindo sobre eles o rigor da Polícia, que tanto temem e respeitam... (Livro de Atas das Sessões do Conselho do Governo da Província do Ceará, referente aos anos de 1826-1832, às folhas 6-10. 22 de setembro de 1826. APEC. Grifos nossos).

Uma outra constatação da permanência de costumes tradicionais e de um *estilo de vida* indígena no século 19 foi feita por Freire Alemão, por ocasião da visita da Expedição Científica ao Ceará⁵. Durante a sua estadia em Vila Viçosa, no mês de novembro de 1860, ele recolheu um relatório feito por um morador da vila, a seu pedido, Sr. Antonio Marques de Assumpção, descrevendo os “costumes e algumas

⁵ Tratava-se da Primeira Expedição Científica Nacional, chefiada por Gonçalves Dias, que desembarcou no Ceará em 1859. Embora esta expedição tenha sido bastante conturbada, deixou alguns registros importantes, entre os quais *Os manuscritos do botânico Freire Alemão* (Anais da Biblioteca Nacional, 1961).

seitas mais notáveis que ainda existem entre os nossos indígenas do termo de Vila Viçosa”. Dentre outros destacamos o seguinte:

Fazem suas idéias (a fim de se não interromper os trabalhos da semana) para que suas bodas batizados, alegrões etc etc recaia nos supraditos dias [sábado]. Ocupam-se em parte da noite na dança do *torém*⁶. Esta dança é composta de grande número de pessoas, tanto de homens, como de mulheres, formam-se em um círculo separando-se os homens das mulheres, estas ao lado direito daquela; de sorte que fechando o círculo fica um pequeno intervalo de meia braça (por onde entram, ou saem fora da dança). A cabeceira, ou sobranceira está o mestre da dita dança, que principiam girando todo o círculo a direita, para o som de um instrumento chamado Iguaré, e outro Torém⁷ acompanhado de uma cantáta, por língua indígena, mas em quadra, em uma voz porpucional acompanhando os sons dos instrumentos. Esta cantáta é recordando suas memórias, ainda mesmo as da vida inculta; de sorte que os homens, cantando a quadra até o meio, indo sempre em repetições terminam a meia quadra no lugar de onde partiam. E então as mulheres respondem o fim da quadra na mesma forma supra, até o mesmo lugar d’onde partiram, de sorte que repetindo-se nesta forma uma só quadrinha algumas, ou muitas vezes, acontece com uma só cantiga fazer-se na dança sucessivamente e entertêm parte da noite, ou do dia. A maneira de dançarem é pelos sons dos instrumentos, e pela voz da cantáta como fica dito. O círculo volve digo gira a direita, dando 2 passos iguais e ao mesmo tempo volvendo meia volta a esquerda dão rapidamente uma forte pancada com o pé esquerdo no chão, sem mudança alguma volvem ligeiros a sua primeira forma: Assim continuam. O Tocador do Iguaré faz parte na dança, e algumas vezes acontece ser o mesmo mestre que puxa a fileira do círculo, dentro do qual está um grande vaso do dito vinho, junto ao Tocador do Torém, e um servente, para dar vinho aos que do círculo se quiserem servir, todas as vezes que se quiser mudar de quadra. (Manuscritos do Botânico Freire Alemão. I – 28,10,34. Novembro de 1860. BNRJ).

Considerações finais

⁶ O Torém continua a ser dançado pelos índios de Almofala, no município de Itarema. Ver estudo de Oliveira (1998).

⁷ Nota do relatório: “O Iguaré é uma cabacinha pequena com um cabozinho, por onde se pega com a mão direita, dentro da cabaça lançam uma porção de caroço de giriquiti = Ex aqui o dito instrumento, que na mão direita do mestre em ditas danças aquele o sacolejar com 2 embalanços mais compassados acompanhando os 2 passos primeiros, e depois um último imediato quando volve o corpo para a última pancada do pé: assim continuam. O Torém é feito de uma vergonta de nossa Tìbacêba, furada, e pintada com o urucu, seu som imita o urro do touro, quando chora e nessas ocasiões é tocado acompanhando a dança pelo toque do iguaré”(Manuscritos do Botânico Freire Alemão. I – 28,10,34. Novembro de 1860. BNRJ).

A idéia de revisitar o “Decreto da Extinção” dos índios no Ceará teve como mote principal apresentar o contexto histórico e político do enunciado, começando pelo esclarecimento do estatuto do enunciado, que tão somente se tratava de um Relatório Provincial e não efetivamente de um Decreto⁸. Conhecedores que somos das teorias da etnicidade, portanto sabedores de que identidade nenhuma se acaba por decreto, causava-me certo desconforto a reprodução literal do discurso da extinção por decreto. No meu entendimento, tal reprodução se presta a reificação dessa idéia, ainda que involuntariamente.

Procurei então, a partir de fontes documentais, demonstrar como a prática social absorveu o instrumento jurídico, notadamente a Lei de Terras de 1850, que redefiniu a organização agrária do país. Pudemos observar a atuação de diferentes forças políticas nas formas de aplicação da lei, que denunciaram um intenso embate jurídico-político e ideológico por traz das palavras enunciadas pelo Presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior em seu Relatório de 1863. Palavras estas que implicitamente definiam um conceito de indianidade e que reiteradamente afirmado ao longo do século permitiu a expropriação de muitas das terras indígenas.

De muitas, mas não de todas. A documentação também nos mostrou a forte presença indígena nesse campo de batalha, agindo no sentido se preservar as suas terras, com demarcações de sesmarias e regularização de posses, deixando claro de uma vez por todas que no Ceará, os índios não desapareceram no século XIX.

Bibliografia

Documentos citados:

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1878 – 1880. Livro 9. 20 de novembro de 1878.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Correspondências dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1874 – 1875. Livro 7. 30 de maio de 1874.

⁸ Determinação escrita, emanada do chefe do Estado, ou de outra autoridade superior (conforme Dicionário Aurélio, século XXI).

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Registros dos Ofícios da Presidência da Província dirigidos ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1872-1876. Livro 145. 18 de novembro de 1872.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Registros dos Ofícios da Presidência da Província dirigidos ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1872-1876. Livro 145. 07 de agosto de 1872.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1868 – 1870. Livro 5. 14 de outubro de 1870.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Secretaria do Governo da Província. Ofício do Presidente da Província ao Ministério da Agricultura, Cultura e Obras Públicas. Livro 144. 27 de dezembro de 1861.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Correspondências dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1860 – 1862. Livro 2. 06 de agosto de 1860.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Ofício nº 9. Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1854 – 1859. Livro I. 13 de fevereiro de 1858.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Registro de Terras da Freguesia de S. Sebastião de Maranguape, 1854 - 1858.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Registro de Terras da Barra de Acaraú, 1855 – 1857.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Correspondências dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1854 – 1859. Livro 1. 12 de novembro de 1855.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1850 – 1852. Livro 2. 16 de janeiro de 1851.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Correspondência dos Ministérios do Império ao Presidente da Província, 1850 – 1852. Livro 2. 17 de janeiro de 1850.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Secretaria do Governo da Província do Ceará. Ofício do Presidente da Província às Câmaras Municipais. Livro 109. 14 de agosto de 1843.

Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Livro de Atas das Sessões do Conselho do Governo da Província do Ceará, referente aos anos de 1826-1832, às folhas 6-10. 22 de setembro de 1826.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BNRJ. Manuscritos do Botânico Freire Alemão. I – 28, 10, 34. Novembro de 1860.

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel - BPGMP. Relatório Provincial de 09 de outubro de 1863. Núcleo de microfilmagem, Relatórios dos Presidentes da Província.

Presidência da República. Lei 601 de 18 de setembro de 1850. (<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L0601-1850.htm>).

Referências bibliográficas:

Almeida, M. Regina Celestino de **Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Editora do Arquivo Nacional. 2003.

Costa, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo. Edusp. 1992.

Cunha, Manuela Carneiro da. **Os direitos dos Índios: ensaios e documentos**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1987.

Delson, Roberta M. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: ALVA-CIORD. 1997.

Dias, Eurípedes da Cunha. “MST: Rito e práxis da democracia agrária”. **Série Antropologia**. Nº. 220. Brasília. 1997.

Dicionário Aurélio, século XXI – O dicionário da língua portuguesa. São Paulo. Editora Nova Fronteira. Versão digital (3.0).

Fausto, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. Edusp. 2001.

Guimarães, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndios**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1968.

Oliveira Jr, Gerson Augusto de. **Torém: brincadeira de índios velhos**. São Paulo. Annablume. 1998.

Pacheco de Oliveira, João. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro. Editora da UERJ. 1999.

_____, “Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais”. In **A perícia antropológica em processos judiciais**. Silva, Orlando Sampaio; Luz, Lídia e Helm, Cecília Maria Vieira (organizadores). Florianópolis. Editora da UFSC. 1994.

Pinheiro, Francisco José. “História do Conflito: Os Povos Nativos e Os Europeus no Ceará”. In **Ceará: Terra da luz, Terra dos índios – história, presença, perspectivas**.

Pinheiro, Joceny de Deus (organizadora). Fortaleza: Ministério Público Federal/FUNAI/ IPHAN. 2002.

Porto Alegre, Maria Sylvia, “Repertório de documentos do Arquivo Público do Estado do Ceará”. In **Documentos para a história indígena no Nordeste: Ceará, Rio grande do Norte e Sergipe**. Porto Alegre, Maria Sylvia; Mariz, Marlene da Silva e Dantas, Beatriz Góes (organizadoras). São Paulo. NHII/FAPESP. 1994.

Silva, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino**. Campinas. Pontes Editores. 2006.

_____, “Índios no Ceará: cultura, política e identidade”. In **Bonito pra Chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Gilmar de Carvalho (organizador). Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha. 2003.

_____, “O índio hoje”. In **Ceará: Terra da luz, Terra dos índios – história, presença, perspectivas**. Pinheiro, Joceny de Deus (organizadora). Fortaleza: Ministério Público Federal/ FUNAI/ IPHAN. 2002.

_____, “A história e a construção do devir das sociedades indígenas”. In **Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade**. Aguiar, Odílio Alves; Batista, José Élcio e Pinheiro, Joceny de Deus (organizadores). Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha. 2001.

Silva, Lígia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio - Efeitos da Lei de 1850**. Campinas. Ed. Unicamp.1996.

Valle, Carlos Guilherme Octaviano do. “Identidade em Caucaia: etnografia e vicissitudes de uma perícia antropológica. **Revista Anthropológicas**, vol. 14, n. 1 e 2, pp. 235- 62, 2003.

Anexo: Capa do Relatório Provincial de 09 de outubro de 1863